



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

ATA 284

1
2 Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e dezessete, às quatorze horas,
3 realizou-se reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Ponta
4 Grossa, em sua sede no Centro de Ação Social, sob a convocação de seu presidente José
5 Geraldo Berger. Fizeram-se presentes os seguintes **conselheiros titulares**
6 **governamentais:** Tatyana Denise Belo, Gisele Ferreira Kravicz e Sandra Cisco (Secretaria
7 Municipal de Assistência Social); Leni Aparecida Viana da Rocha (Secretaria Municipal de
8 Educação); Maria de Fátima J. Fiebig (Fundação Municipal Proamor de Assistência Social)
9 e Joelmir Alex Wiest (Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos). **Os**
10 **conselheiros governamentais suplentes:** Taisa de Cássia Gomes (Secretaria Municipal
11 de Assistência Social). **Os conselheiros titulares não governamentais:** José Geraldo
12 Berger (Entidades de Proteção Social Especial de Alta Complexidade), Ines Chuy Lopes
13 (Entidades de Proteção Social Especial de Média Complexidade); Regina Rosa Pedrozo
14 Rosa (Profissionais da Área); Lilian Klimiont (Entidades de Proteção Social Básica). **Os**
15 **conselheiros não governamentais suplentes:** Márcia Hilgemberg Elias (Entidades de
16 Proteção Social Especial de Alta Complexidade); João Eliseu Montes (Entidades de
17 Proteção Social Especial de Média Complexidade); Keila Cristina Carneiro (Profissionais
18 da Área de Assistência Social); Camila Vanessa Sviech (Entidades de Proteção Social
19 Básica. Justificaram a ausência: Victor Hugo de Oliveira, Emerson Correa, Raimy Carrilho,
20 Adrianis Galdino da Silva Jr, Gilberto Ferreira e Vanderli Ramos Morgestern. Estiveram
21 presentes: Assistente Social Luciana Silvestre e a Psicóloga Roseli Orane Inglês (Escritório
22 Regional da SEDS); Assistente Social Consuelo Szczerpa Lopes e Vinícius Iran Barboza
23 (Ministério Público); Fabíola K. Gonçalves, Ana Paula Santos e Suellen Palcka
24 (Observatório Social Campos Gerais). A reunião teve a seguinte pauta: 1- Apreciação e
25 Aprovação da Pauta; 2-Aprovação da ata nº 283; 3- Aprovação do Calendário de reuniões
26 ordinárias do CMAS; 4- Informes Gerais; 5- Manifestação do Escritório Regional da
27 Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social sobre a sistemática de trabalho
28 desse Escritório e encaminhamentos no que se refere ao reordenamento dos serviços da
29 política de assistência social; 6- Apreciação do parecer da Comissão de Acompanhamento
30 do SUAS sobre o Termo de Aceite do Programa Primeira Infância no SUAS; 7- Apreciação
31 do parecer da Comissão de Monitoramento e Avaliação de Projetos; 8- Informações da
32 Comissão de Conferência. Após a aprovação da pauta foi colocada em discussão a ata nº
33 283, aprovada. Colocado em discussão o calendário das reuniões ordinárias do CMAS
34 para 2017, decidido que as plenárias serão realizadas na última quinta de cada mês.
35 Informes sobre a substituição dos seguintes conselheiros governamentais: Fundação
36 PROAMOR Assistente Social Maria de Fátima Fiebig como titular e Marlene Nadal Rocha
37 como suplente; Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Qualificação Profissional
38 Victor Hugo de Oliveira como titular e Emerson Correa como suplente; Secretaria Municipal
39 de Assistência Social: titulares as assistentes sociais: Tatyana Denise Belo, Gisele
40 Ferreira Kravicz e Sandra Regina Wichert e suplentes as assistentes sociais: Taísa de
41 Cássia Gomes, Karym Rachel Mami Collesel e Lucília do Rocio Lopes Andrade. Na
42 sequência, foi realizada a leitura de circular do CEAS – Conselho Estadual de Assistência
43 Social informando a agenda das Conferências de Assistência Social de 2017, o tema das
44 Conferências será: “Garantias de Direitos no SUAS”. A Conferência Nacional se realizará



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

45 de 05 a 08 de Dezembro em Brasília, o período estabelecido para as conferências
46 municipais é de 10 de abril a 31 de julho. Leitura do ofício do Fundo Nacional de
47 Assistência Social informando a transferência de recursos no valor de R\$ 120.000,00
48 (cento e vinte mil reais) referente ao convênio nº 827014/2016 (emenda parlamentar para
49 aquisição de veículo para a Casa Santa Luiza de Marillac). Leitura do ofício do Conselho
50 Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente solicitando informações sobre o plano
51 municipal ou propostas de ações para criança e adolescente elaborada pelo CMAS, com a
52 finalidade de contemplar estas ações no plano decenal de direitos humanos para crianças
53 e adolescentes, prazo até 16 de março de 2017. Em seguida, o presidente Geraldo passou
54 a palavra para a chefe do Escritório Regional da SEDS – Assistente Social Luciane
55 Silvestre, a qual iniciou sua fala explicando que solicitou sua participação nesta reunião
56 para conversar com o CMAS sobre o papel deste Conselho no acompanhamento e
57 monitoramento da política de assistência social no município. Elucidou que o Escritório
58 Regional trabalha com os 18 municípios que fazem parte da região no se refere a política
59 da assistência e garantia dos direitos da criança e do adolescente, atua apoiando,
60 assessorando e acompanhando Entidades que fazem parte da rede socioassistencial,
61 equipamentos públicos, gestão das políticas públicas e conselhos. Colocou sobre o
62 reordenamento dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, que é o
63 principal ponto de muitas dúvidas, no município existe uma rede historicamente instituída
64 muito mais forte do que qualquer atuação governamental. Esta rede presta um serviço
65 essencial, importante diante da situação de risco e violação de direitos, o Escritório
66 Regional reconhece e respeita o trabalho desenvolvido por essas Entidades, mas o
67 reordenamento atinge a todos, com grande responsabilidade do Poder Público, não
68 somente das entidades. A CIT – Comissão Intergestora Tripartite pactuou nacionalmente
69 esse processo de reordenamento, como coloca a Resolução 23/2013 do CNAS que trata
70 da partilha de recursos, do reordenamento e expansão do financiamento federal. Ponta
71 Grossa aderiu a 30 metas do financiamento federal e o Fundo Estadual participa do
72 financiamento com metade do valor que o Fundo Nacional repassa. O prazo final para a
73 implantação do reordenamento é 2017, colocou que sabe que é um processo e não tem
74 expectativa que em 2017 já tenha sido implantado, é um processo contínuo. Salientou que
75 as Entidades têm dificuldades e preocupação em incluir meninos e meninas no mesmo
76 serviço entre outras dificuldades, mas o reordenamento coloca que nem todas as
77 Entidades precisam acolher meninos e meninas, mas sim, que não pode separar grupo de
78 irmãos por ser uma violação de direitos. Já foi sugerido que se faça um diagnóstico dos
79 grupos de irmãos que estão acolhidos no município para saber qual o número de vagas
80 necessárias. Outro ponto é o acolhimento de gestantes e pessoas com deficiência, a estes
81 é impossível negar atendimento, muitas meninas são vítimas de violência sexual e
82 exploração sexual comercial, então, podem estar grávidas e precisam ser acolhidas com
83 prioridade. Após alguns questionamentos dos conselheiros e esclarecimentos realizados
84 pela representante do Escritório Regional, o presidente passou para o próximo tópico da
85 pauta: Apreciação do parecer da Comissão de Acompanhamento do SUAS sobre os
86 seguintes assuntos: 1- aceite do Programa Primeira Infância no SUAS. A conselheira
87 Sandra realizou a leitura do relatório da Comissão “ em resposta ao ofício nº
88 02/2016/SMAS que solicita apreciação do CMAS para o aceite do Programa Primeira



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

89 Infância no SUAS com 500 metas, a Comissão foi de parecer favorável, todavia concluiu
90 que se trata de uma sobreposição de projetos visto que em nada difere do PAIF, porém, o
91 plano de aplicação apresentado pela Gerência de Proteção Social Básica ressalta que o
92 Programa Primeira Infância no SUAS fortalecerá as ações já desenvolvidas no PAIF. A
93 Comissão colocou que o aceite está preso, segundo o plano de aplicação dos recursos, à
94 contratação de equipe para as visitas, a qual deverá contar com transporte. A Comissão
95 solicitou que o plano de aplicação e o plano de trabalho sejam revisados para que fiquem
96 mais próximos da proposta do Decreto 8869/2016". A conselheira Sandra esclareceu que
97 será realizada uma licitação para contratação de uma empresa com veículo para a
98 visitação. O Presidente colocou em votação o parecer a Comissão. Aprovado por
99 unanimidade conforme Resolução/CMAS/Nº 02/2017. 2- encaminhamento referente ao
100 Plano Municipal de Socioeducação: a Divisão de Média Complexidade fará o alinhamento
101 e a readequação do Plano conforme deliberado na plenária de 09 de dezembro, foi
102 proposto pela Gerência de Proteção Social Especial a reativação do SINASE na tentativa
103 de cumprir com as proposições do Plano Nacional de Sócioeducação. O presidente
104 colocou para votação da plenária e todos concordaram. 3- encaminhamentos referentes ao
105 Centro Pop: frente a documentação apresentada pelo órgão gestor, o CMAS tomou ciência
106 que o serviço não cumpre com os objetivos explícitos na Resolução/CMAS/Nº 09 de 2009,
107 ficou acordado que a Divisão de Média Complexidade fará o envio rotineiro ao CMAS de
108 relatórios acerca do cumprimento dos objetivos e avanços no atendimento aos usuários
109 deste serviço. O Presidente passou para a votação e todos concordaram com o parecer da
110 Comissão. Apreciação do parecer da Comissão de Monitoramento e Avaliação de Projetos.
111 A conselheira Regina informou sobre ofício recebido do Ministério Público solicitando
112 informações sobre a possibilidade de aumento de metas para o serviço de convivência e
113 fortalecimento de vínculos executado pelo Instituto Educacional Duque de Caxias. A
114 resposta se dará a partir da média da frequência mensal informada no sistema e parecer
115 da Comissão de Monitoramento de Avaliação e Projetos, a Comissão ressaltou que não
116 há recursos disponíveis para tal solicitação, conforme informações advindas da Fundação
117 Proamor. Alguns conselheiros realizaram manifestações contrárias ao solicitado, visto que
118 a instituição não cumpriu as metas conveniadas e está solicitando aumento. Outro ofício
119 apresentado foi quanto a denúncia no Ministério Público da Casa da Acolhida, a Comissão
120 indicou resposta solicitando ao Ministério Público auditoria fiscal na Entidade a fim de
121 sanar as dúvidas apresentadas na denúncia. Comunicado o recebimento do Plano de Ação
122 da APAE para 2017, o qual estará disponível para apreciação dos conselheiros.
123 Encaminhamentos da Comissão de Organização da Conferência Municipal de Assistência
124 Social. A conselheira Sandra Cisco fez a leitura das discussões comunicando que a data
125 proposta foi 18 e 19 de Julho e o local para a realização da Conferência foi o Ginásio da
126 Pessoa com Deficiência. Para realizar a palestra magna foram contatados os professores
127 Dorival e Uilson e será contatada a Assistente Social Carla Albuquerque. Quanto ao
128 almoço e lanches, a Gerência Administrativa da SMAS verá a possibilidade de
129 fornecimento pelo Restaurante Popular e Unidade de Produção de Alimentos. Quanto as
130 Pré- conferências foi proposto a realização de doze (12), ordenadas da seguinte forma:
131 dez (10) nas unidades de CRAS, uma nas unidades de CREAS e uma dos trabalhadores
132 do SUAS. As inscrições serão realizadas pelo blog do monitoramento por meio de



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

- 133 preenchimento de formulário, a definição do número de delegados de cada segmento será
134 realizada posteriormente. O folder ficou sob a responsabilidade da conselheira Sandra e
135 será elaborado mais a frente. Por decisão da maioria absoluta dos integrantes da
136 Comissão, o conselheiro Adrianis será o coordenador da mesma. O presidente colocou em
137 aprovação o conselheiro Adrianis como coordenador, o local e a data da Conferência.
138 Todos concordaram. Finalizada a pauta e nada mais havendo a tratar, o presidente José
139 Geraldo Berger encerrou a reunião agradecendo a presença de todos. Esta ATA foi
140 transcrita pela agente social Maria Aparecida da Silva e redigida pela secretária executiva
141 Carla Bühner Salles Rosa, após aprovada segue assinada pelos conselheiros presentes.
142 José Geraldo Berger (Presidente) _____
143 Tatyana Denise Belo _____
144 Sandra Cisco _____
145 Gisele Ferreira Kravicz _____
146 Leni Aparecida Viana da Rocha _____
147 Maria de Fátima J. Fiebig _____
148 Joelmir Alex Wiest _____
149 Inês Chuy Lopes _____
150 Regina Rosa Pedrozo Rosa _____
151 João Eliseu Montes _____
152 Taisa de Cássia Gomes _____
153 Keila Cristina Carneiro _____
154 Lilian Klimiont _____
155 Camila Vanessa Sviech _____
156 Márcia Hilgemberg Elias _____